

## **Precarização do trabalho na Bolívia e no Equador**

**Maria Luiza Nunes Oliveira**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP),  
Cubatão, SP, Brasil

**Natália Salan Marpica**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São (IFSP),  
Cubatão, SP, Brasil

### **Resumo**

A presente pesquisa visa analisar a precarização do trabalho na América Latina, que ganhou relativa dimensão a partir de 2015, quando se registrava crescente taxa de desemprego na região. Considerando os processos de transformações políticas, econômicas e sociais, baseada no modelo político neoliberal, o mundo do trabalho se reestruturou dando espaço ao trabalho mais flexível, que colaborou diretamente na perda de direitos trabalhistas e no aumento de trabalhos precarizados. Junto a isso, a mais recente crise pandêmica do coronavírus intensificou os resultados dos processos que trouxe desemprego e instabilidade no trabalho. A partir de uma comparação de dados no período de 2015 a 2020, foram utilizadas três categorias de análise: ocupação, desocupação/ desemprego e informalidade, comparando os dados por sexo, em dois países: Bolívia e Equador, que agem como um recorte da região latino-americana. Os resultados obtidos mostram que as principais semelhanças entre os dois países se sustentam nas piores condições para as mulheres, que podem ser observados em qualquer ponto de análise, enquanto o gênero masculino, ainda que com índices superiores, ou seja, melhores que os femininos, também passam pela precarização das relações e condições do trabalho durante o período. Assim, a partir da análise feita, considerando todo o contexto de desenvolvimento regional desde 2015 e a crise pandêmica, é possível concluir que a precarização do trabalho foi agravada durante os anos para homens e mulheres, sendo as mulheres ainda mais afetadas, que passam pela intensificação da precarização de suas condições de trabalho.

**Palavras-chave:** *América Latina. Trabalho. Precarização. Neoliberalismo.*

## **Abstract**

This research aims to analyze the precariousness of work in Latin America, which gained relative dimension from 2015, when there was an increase in unemployment rates in the region. Considering the processes of political, economic and social transformations, based on the neoliberal political model, the world of work restructured itself giving room to more flexible work, which directly collaborated in the loss of labor rights and the increase of precarious jobs. Along with this, the latest pandemic crisis of coronavirus intensified the results of the processes that brought easing: unemployment and instability. From a comparison of data in the period 2015 to 2020, with three categories of analysis: occupation, unemployment or unemployment and informality, comparing the data by sex, in two countries: Bolivia and Ecuador, which act as a clipping of the Latin American region, the results obtained show that the main similarities between the two countries are sustained in the worst conditions for women, that can be observed at any point of analysis, while the male gender, although with higher indexes, that is, better than the female ones, also goes through the precariousness of the relationships and conditions of work during the period. Thus, from the analysis made, considering the entire context of regional development since 2015 and the pandemic crisis, it is possible to conclude that the precariousness of work was aggravated during the years for men and women, with women being even more affected, who undergo the intensification of the precariousness of their conditions.

**Keywords:** *Latin America. Work. Precarious. Neoliberalism.*

## **INTRODUÇÃO**

O fenômeno da precarização do trabalho na América Latina (AL) tem se intensificado nos últimos anos, principalmente com a retomada das políticas neoliberais na região após a crise de 2008. Para compreender esse fenômeno, dois países podem ser amostras representativas: Equador e Bolívia.

Embora o neoliberalismo na AL tenha ganhado destaque durante o final da década de 80 e início da década de 90, após o Consenso de Washington (1989), suas primeiras aparições na região aconteceram junto à ditadura chilena, em 1973, com Augusto Pinochet (1973 – 1989), quando a intensa negação de direitos civis foi usada para implementar e experimentar as políticas neoliberais, que depois seriam adotadas nos países desenvolvidos, em especial nos Estados Unidos no governo Reagan e na Inglaterra no governo de Margaret Thatcher.

Com sua consolidação no Chile, o Consenso de Washington estabeleceu as bases para sua implementação em uma série de países latino-americanos. O conjunto de medidas propostas tinham como justificativa combater a crise econômica global, através de privatizações, abertura ao mercado externo, reformas trabalhistas e redução do gasto público e do papel do Estado em importantes áreas como saúde e educação. Esses processos não trouxeram resultados favoráveis, iniciando uma série de colapsos financeiros e sociais.

Entre os países que passaram por esses processos, também se tem a Argentina no período do governo Menem (1989 – 1999) e o Brasil, durante os mandatos presidenciais de Fernando Collor (1990 – 1992), Itamar Franco, (1992 – 1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003) que, em busca de controlar a inflação, privatizou e desindustrializou o país.

Esse período de hegemonia do neoliberalismo resulta também em uma série de explosões sociais, as quais tomaram grandes proporções. Tinham como principal objetivo reverter as ações do neoliberalismo como a extrema desigualdade, a crise nos preços, o desemprego e o empobrecimento da região. O Caracaço na Venezuela (1989), Corralito na Argentina (2001), Guerra da Água de Cochabamba (2000) e Guerra do gás (2003) na Bolívia são alguns exemplos dessas explosões na AL, contra a crescente aprovação de propostas neoliberais no cenário latino-americano.

### **Governos de esquerda no início do século XXI**

As crises e explosões sociais deram origem à ascensão de governos de esquerda na virada do milênio, em contraposição às lideranças políticas neoliberais da década de 90. A eleição de Hugo Chávez, na Venezuela em 1998, de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil em 2002, de Evo Morales, na Bolívia em

2005, de Rafael Correa, no Equador em 2006, dentre outros, podem ser consideradas representativas de um processo político latino-americano, que se tornou predominante como resposta à crise social gerada pelo neoliberalismo.

Embora não tenham rompido com o neoliberalismo, tais governos acabaram reduzindo sua intensidade. Esse período é marcado pelo esforço em torno do desenvolvimento social e econômico nacional, que registra crescimento na taxa de emprego, queda na taxa de pobreza e extrema pobreza, melhoria na saúde e educação e em outras áreas sociais.

Pode-se analisar a Bolívia durante o governo de Evo Morales (2006 – 2017) em comparativo aos governos anteriores. Segundo Cunha Filho (2016), entre 2005 e 2013, a pobreza moderada decresceu de 60,6% do total da população para 38,4%, enquanto a pobreza extrema decaiu de 38,2% para 18,8% da população, e segundo, dados do PNUD (2014), o IDH da Bolívia subiu de 0,636 em 2005 para 0,667 em 2013.

A situação da Bolívia não é um caso isolado. Segundo Silva (2015), o Equador sofreu o mesmo impacto durante esse período e o quadro entre os anos de 2007 e 2017, período do governo Rafael Correa, ficaram marcados pela diminuição da taxa de pobreza moderada, que em 2007 atingia 36,7% e em dez anos chegou a taxa de 21,5%. (BANCO MUNDIAL, 2020)

Entre outros países que tiveram o mesmo quadro, a redução da desigualdade foi quase constante na Venezuela (especialmente a partir de 2004), Brasil, Argentina, El Salvador, Paraguai (com exceção de 2010) e Uruguai (SILVA, 2015).

### **O retorno da crise política e econômica na América Latina**

A crise financeira internacional, originada por volta de 2008 no mercado norte-americano de hipotecas de alto risco ("*subprime*"), assumiu proporções que acabou por se transformar numa crise sistêmica. Resultado da crise, temos nos países da América Latina: a alta do Dólar, queda do PIB, inflação, baixa no consumo, queda de salário e o feroz aumento do desemprego. Ou seja, a crise de 2008 interrompeu o período de crescimento econômico e redução significativa da pobreza e queda da desigualdade que se iniciou em 2000, junto à ascensão da esquerda na AL.

Posterior à crise, o cenário da América Latina era de preocupação pela busca de estabilidade e recuperação. A estratégia dos países na época, que priorizava manter e até ampliar os gastos sociais de modo a proteger os setores mais vulneráveis, foi bem-sucedida e os indicadores sociais voltaram a melhorar em 2010 e 2011.

Porém, a crise de 2008, junto com a crise da zona do Euro em 2010, afetaram o ciclo dos governos de esquerda na AL, que inicia seu fim condicionado pelo ressurgimento do neoliberalismo forçado e dos golpes de Estado na região.

Essas movimentações se evidenciaram na derrubada efetiva de governos eleitos democraticamente em vários países da América Latina: Honduras (2009), Paraguai (2012), Brasil (2016) e em 2019 na Bolívia, além das tentativas frustradas de golpe na Venezuela, na perseguição judicial de lideranças, como Cristina Kirchner e Rafael Correa.

A partir da desestabilização política da região, foram implementadas mais medidas neoliberais. Entre os anos de 2015 e 2018, vários países da AL impuseram reformas em setores sociais e, como resultado, a região voltou a sofrer com desemprego, subemprego, informalidade e redução nos indicadores sociais.

## **1. OBJETIVO**

O objetivo desta pesquisa está direcionado em compreender o processo de precarização do trabalho feminino e masculino na América Latina, a partir de uma comparação de dados do período de 2015 a 2020, em dois países da região: Bolívia e Equador. Os processos de desenvolvimento internos de cada um desses dois países, em um contexto regional, tem a função de serem uma amostra que permite obter uma visão mais ampla da situação laboral na América Latina, visto que outros países da região passaram por processos políticos, econômicos e sociais semelhantes, em certa proximidade de tempo.

## 2. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada a partir de uma análise comparativa de dados do setor laboral em dois países: Equador e Bolívia. Para isso foram utilizados dados oficiais dos institutos de estatísticas de ambos países, a Encuesta Nacional de Empleo, Desempleo y Subempleo (ENEMDU) no Equador e a Encuesta Continua de Empleo na Bolívia. Além desses, relatórios da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e dados do site do Banco Mundial e OIT (Organização Internacional do Trabalho), também foram utilizados para fundamentar a pesquisa e obter dados.

A análise foi guiada pela comparação das seguintes categorias: ocupação, desocupação e informalidade entre homens e mulheres, de modo a compreender o processo de precarização do trabalho a partir do gênero em cada um dos países e, assim estabelecer uma comparação baseada nas diferenças e semelhanças de desenvolvimento político, social e econômico.

O gênero, como construção social do sexo, pressupõe formas de agir, trajetórias e condições de trabalho específicas e, desse modo, é utilizado, na presente investigação, como uma categoria de análise, uma vez que homens e mulheres estão sujeitos a determinações distintas no mercado de trabalho.

Segundo Harvey (1992), citado por Carloto (2002), sobre a situação das mulheres no contexto de flexibilização, aponta-se o seguinte:

As novas estruturas de mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo trabalhadores homens melhor remunerados e mais difíceis de serem admitidos, pelo trabalho feminino mal pago.  
(apud. CARLOTO, 2002)

Nesse sentido, a diferença de gênero no trabalho é valiosa ao sistema de produção que busca, em cima do trabalhador, garantia de lucro e, através da desigualdade de gênero, insere mulheres no crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, que são caracterizados por baixa qualidade, instabilidade e baixa remuneração. Por isso, é usado aqui como categoria de análise.

### 3. O CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL NO EQUADOR E NA BOLÍVIA

Ainda que as políticas e práticas neoliberais tenham sido estabelecidas hegemonicamente ao final da década de 90 na região, os processos característicos desse período têm projeções diferentes em cada país. E, principalmente, considerando a última década, marcada pelo retorno das políticas neoliberais na AL após a ascensão dos governos de esquerda, destaca-se que houve aqueles que conseguiram, em alguma medida, conter esse processo, como é o caso da Bolívia.

Sendo assim, apesar de se encontrarem sob a política neoliberal, mais intensa, durante duas décadas seguintes (1980 e 1990), e atualmente se situarem no bojo da precarização generalizada do trabalho, os países da América Latina acabaram por tomar caminhos diferentes durante esse período, especificamente considerando a divisão política estabelecida na região.

Assim como a maioria dos países da região latino-americana, eles se estruturam economicamente em atividades de exploração e exportação. A Bolívia, localizada na parte central da América do Sul, sem acesso ao mar, possui uma área territorial de 1.099.000 km<sup>2</sup>. Com um PIB de 36,63 bilhões USD, suas principais atividades econômicas são baseadas nas indústrias de petróleo e de gás, na mineração e na agropecuária. (BANCO MUNDIAL, 2020)

O Equador, situado na costa oeste da região, com uma área de 283.560 km<sup>2</sup> é bem menor do que a Bolívia. A economia do país se baseia em exportação, principalmente de petróleo e produtos agrícolas primários. Até 2020, tinha um PIB em 99,29 bilhões USD, três vezes maior do que o PIB boliviano. (BANCO MUNDIAL, 2020)

Durante os governos de esquerda, os dois países conquistaram avanços importantes, marcados principalmente pela melhoria na condição de vida da população e de maneira mais específica, no reconhecimento de direitos de populações antes marginalizadas, como no caso dos indígenas, definindo um Estado Plurinacional em 2008 no Equador e em 2009 na Bolívia.

Entretanto, a contraofensiva oferecida pelo retorno do neoliberalismo na região converteu a situação e transformou a condição geral dos países. E é neste ponto que o Equador e a Bolívia se distanciam. Em 2017, o Equador elegeu Lenin

Moreno, que apesar de manter o mesmo partido de esquerda no poder, Alianza País, enfrenta uma reestruturação dramática. O novo presidente assume uma posição independente, aliando-se a forças políticas de direita. Ampliou sua aproximação com os EUA e implementou uma série de reformas neoliberais, rompendo com os avanços sociais que marcaram o governo Rafael Correa (2007 – 2017), o que levou inclusive a grandes manifestações populares no país.

Em outra posição, a tentativa de manter a esquerda no poder, na Bolívia, foi bem-sucedida, apesar do golpe em 2019 contra Evo Morales, eleito três vezes consecutivas como presidente, de 2006 a 2019, mas seu partido retorna ao governo em 2020 com Luiz Arce. Ou seja, os governos de Correa e Morales estavam alinhados no campo da esquerda, mas em 2017 a guinada de Lenin Moreno (considerada uma traição) para a direita afasta os dois países em termos políticos.

Evo Morales, candidato das eleições de 2019 na Bolívia, venceu seu quarto mandato no país. Entretanto, o resultado não foi reconhecido por alegação de fraude nas eleições. Os acontecimentos seguintes levaram à renúncia de Morales, que teve que se exilar no México e depois na Argentina. Nesse processo, a segunda vice-presidente do Senado, Jeanine Áñez assumiu o poder, mas a população contrária ao golpe de Estado levantou fortes manifestações e o país se viu numa grande crise social. Após um ano, as novas eleições na Bolívia foram a via do retorno do partido MAS no país, que elegeu Luiz Arce em 2021. Assim, o golpe sustentado pela alegação de fraude eleitoral em 2019, teve um curto período e o país se restabeleceu parcialmente, já que Evo Morales foi proibido de se candidatar.

Os períodos de 2015 a 2020 estabeleceram as principais diferenças políticas que encontramos entre os dois países, e apesar de serem semelhantes em suas características gerais e desenvolvimento histórico, não é possível desprezar o cenário de cada país durante esses anos. O Equador é atualmente governado pelo banqueiro Guillermo Lasso do partido de direita Movimiento CREO. E a Bolívia, após todo o processo de golpe em 2019, retornou ao governo MAS e elegeu Luiz Arce, com seu mandato em andamento.

As ações dos governos entre 2015 e 2021, no que diz respeito ao mundo do trabalho, são importantes pontos para entender alguns motivos que geraram a atual situação trabalhista nos dois países.

Em 2015, com Rafael Correa, o Equador passou por um processo de reforma trabalhista que buscava melhorar as condições de trabalho dos empregados e o contrato entre empregadores. O processo de aprovação estava bem estabelecido e seus objetivos incluíam: o pagamento em caso de demissão, o pagamento mensal da décima terceira e da décima quarta remunerações e a proibição da demissão da trabalhadora grávida (EQUADOR. LEY ORGÁNICA ano II - n° 483, 2015.).

Os resultados da aprovação dessa reforma tiveram projeção em todo o setor trabalhista. Segundo o relatório anual do Instituto de estatística Nacional (ENEMDU), o percentual de desemprego nacional caiu para 4,6% em 2017 comparado ao ano de 2015 que atingia a marca de 4,8%, enquanto que a taxa de ocupação adequada saiu de 7,7% em 2015 para 8,4% em 2016, atingindo em 2017 9,0% (ENEMDU, 2018)

Mais recentemente, diante da crise da pandemia (2020), o Equador, sob o governo de Lenin Moreno (2017 – 2021), alterou novamente o contrato trabalhista, dessa vez o processo foi uma medida que retirava direitos, com a justificativa de ser emergencial para reverter a situação crescente do desemprego. O objetivo principal era flexibilizar a condição de trabalho. Em comparação com o Equador, na Bolívia, durante o mandato de Evo Morales (2006 -2018), não houve reforma trabalhista.

#### **4. RESULTADOS**

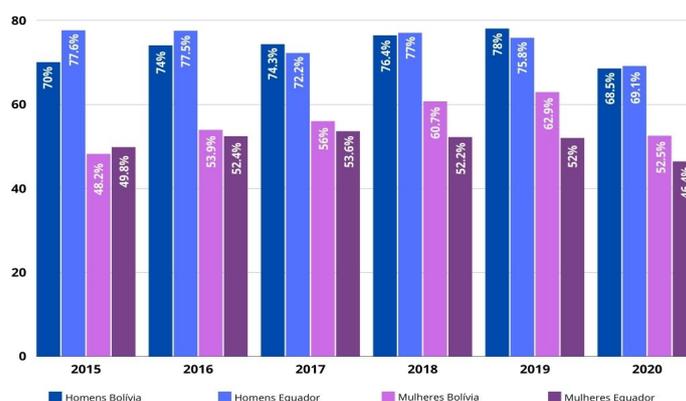
A comparação entre os dados dos dois países, Bolívia e Equador, com relação ao trabalho feminino e masculino, busca oferecer uma visão ampla do cenário latino-americano dentro de um período que vai de 2015 a 2020.

A Bolívia e o Equador tiveram trajetórias parecidas ao longo das últimas décadas, acompanhando o histórico da região. Contudo, na última fase política, se distanciam. Tais semelhanças e diferenças entre os dois países se refletem nos dados de emprego e no mundo do trabalho.

#### 4.1. Ocupação e desemprego

O Gráfico 01 apresenta a taxa de ocupação por sexo, que é definida através da porcentagem de homens e mulheres que estão de fato trabalhando e inseridos no mercado de trabalho no período.

Gráfico 1: Taxa de ocupação por sexo (em porcentagem %) (CEPAL, 2020)



De acordo com o Gráfico 01, entre 2015 e 2019, a Bolívia teve um crescimento significativo e contínuo na taxa de ocupação, tanto feminina quanto masculina.

Comparando a variação apresentada entre os anos de 2015 e 2016, tem-se um aumento de 4% para os homens e de 5,7% para as mulheres, o que segue o mesmo padrão entre 2015 e 2019, com crescimento superior das taxas de ocupação feminina. Além do crescimento na taxa de ocupação para ambos grupos, um crescimento maior para o grupo feminino e uma queda na diferença de ocupação quando comparadas as taxas entre homens e mulheres, que em 2015 atingia 21,8% e que em 2019 cai para 15,1%.

Em 2020, com o avanço da crise pandêmica e o cenário político instável no país, o emprego sofre uma queda significativa em um curto período. Assim se quebra a linha contínua de crescimento da taxa de ocupação que se desenvolvia desde 2015, cai para 9,5% para o grupo masculino e de 10,4% para o grupo feminino entre 2019 e 2020. Tratando-se da diferença de ocupação entre gêneros, ela não sofre grandes alterações e atinge 16% nesse mesmo ano.

No mesmo período, de 2015 a 2020, o Equador, diferente da Bolívia, passa por certa instabilidade em relação ao crescimento e queda nos percentuais. Assim se torna característico desse período no país interrupções na linha de crescimento ou queda contínua, que vão, na verdade, se alternar entre um e outro. Entre os anos de 2015 e 2017, há uma queda no percentual de ocupação masculino, um crescimento de 2017 para 2018 e já no ano seguinte, em 2019, a taxa sofre novamente uma queda.

O contrário ocorre com o percentual feminino, que mesmo inferior ao masculino, apresenta um crescimento sem interrupções até o ano de 2017, com uma taxa de 53.6% de ocupação, enquanto era de 48.2% do ano de 2015.

A partir de 2018, já com Lenin Moreno no governo, os papéis se invertem e o percentual feminino cai, atingindo uma taxa de 52,2%, enquanto o masculino apresenta um crescimento de 4.8% de 2017 para 2018, mas que já no ano seguinte volta a cair, mantendo-se assim até 2020.

Quanto à diferença entre percentuais masculinos e femininos no Equador, em 2015 era de 29.4%, o qual foi melhorando e chegando a atingir 22.7% em 2019, mas ainda assim, bastante elevada quando comparada à taxa da Bolívia.

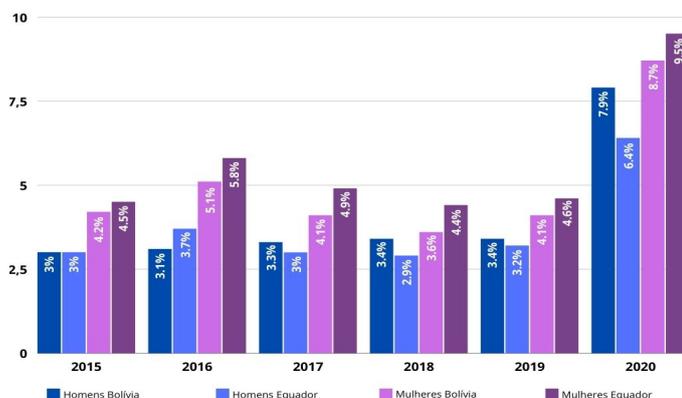
Entre os países, o que se destaca são os anos de 2018 e 2019, que vai significar uma diferença entre eles quanto ao crescimento e queda nos percentuais. Enquanto a Bolívia desde 2015 tem um crescimento contínuo, que se paralisa apenas em 2020 com a pandemia, o Equador não se estabelece da mesma forma e entre 2018 e 2019, enquanto a Bolívia continua ganhando empregos, o Equador perde, assim é possível identificar que a pandemia agrava o caso do Equador que sofria com a queda nos percentuais de ocupação, masculina e feminina, desde 2018.

A variação de percentual na taxa de ocupação é bem característica e não despreza a colaboração de fatores internos e externos como agentes de intervenção. Como exemplo, a reforma do Equador, aprovada em 2015, que influencia o aumento significativo no percentual de ocupação feminina entre os anos de 2015 a 2017, ou ainda considerando a instabilidade política que os dois países enfrentavam em 2019, se reflete nas quedas de ocupação no Equador e na Bolívia em 2020.

As taxas separadas por sexo mantêm uma menor participação feminina, que faz parte não só dos percentuais de ocupação, mas podem ser analisadas

também na maior taxa de desemprego, de participação no setor informal e em trabalhos com baixa qualidade, considerando jornada de trabalho e salário, por exemplo. A taxa de desocupação ou desemprego é formada pelo conjunto de pessoas que procuram emprego sem conseguir, cujos dados são apresentados no gráfico 02.

Gráfico 2: Taxa de desocupação por sexo (em percentagem %) (CEPAL,2020)



Entre os anos de 2015 e 2019, há uma variação nos percentuais de desocupação no Equador, com aumento e diminuição de taxa em curtos períodos de tempo. Na Bolívia, há também oscilações para o grupo feminino, entretanto há um pequeno percentual constantemente crescente para o grupo masculino - com exceção o ano de 2019 que se mantém com a mesma taxa de 2018 - o que mostra que a crise impacta o trabalhador homem também e tal crise vai além da pandemia, sendo um fenômeno amplo.

Ainda que os países tenham essa diferença quanto às taxas de desocupação, ou seja, uma variação de queda e crescimento no Equador para os dois grupos e para Bolívia apenas para o grupo feminino, mantendo quase um padrão de crescimento para o grupo masculino, a principal semelhança que se torna um destaque é a diferença entre os percentuais masculinos e femininos dos dois países, que apresentam taxas de desocupação feminina sempre superiores às masculinas.

Entre os anos de 2015 e 2016, o percentual de desocupação masculina no Equador se mantém superior ao boliviano e, em 2017, esse quadro muda e a Bolívia passa a ter percentuais mais elevados que se mantém até o ano de 2020, sendo ainda mais elevados pela crise da pandemia.

Assim, o período analisado revela a desigualdade entre os gêneros que afeta mais as mulheres. Os percentuais femininos do Equador são sempre superiores (piores) aos da Bolívia, que por sua vez tem taxas de desemprego maiores entre os homens, principalmente entre os anos de 2017 a 2020.

#### **4.2 Taxas de ocupação e desocupação no contexto da pandemia (2020)**

Considerando o período de 2020, marcado pela crise pandêmica da COVID-19, a condição latino-americana de desemprego atingiu o percentual de 10.5%, a maior desde 2001 na região. (CEPAL, 2021)

Para homens e mulheres isso significou a quebra de um padrão bem definido de percentuais sem grandes variações desde 2015 e uma nova realidade com um alto índice de desemprego, o aumento de empregos precarizados, empregos parciais e com piores condições de salários e jornada.

A condição do trabalho durante a pandemia atinge com mais intensidade as mulheres, que dentro de um contexto de reestruturação produtiva, de um período anterior, já lidava com a alta dificuldade existente em ocupar postos de trabalho e de se manterem nele. Em termos regionais, o desemprego feminino chegou a 12.4% em 2020 (OIT, 2022).

Em 2019, a Bolívia estava estruturada em um padrão de crescimento de taxa de ocupação feminina, que é interrompida com a chegada da pandemia. O ano anterior a 2020 apresentava um percentual de ocupação de 78% masculino e 62.9% feminino, que têm uma queda próxima a 10% para ambos os sexos em 2020 com a chegada da pandemia. (Gráfico 1)

No Equador, o ano de 2019, diferente do caso da Bolívia, já enfrentava dificuldades e instabilidades no mercado de trabalho comparado ao ano de 2018 e que em 2020 também sofre com uma alta queda nos índices de ocupação feminina e masculina, atingindo 69.1% de ocupação masculina e 46.4% feminina, inferiores até mesmo as taxas do ano de 2015. (Gráfico 1)

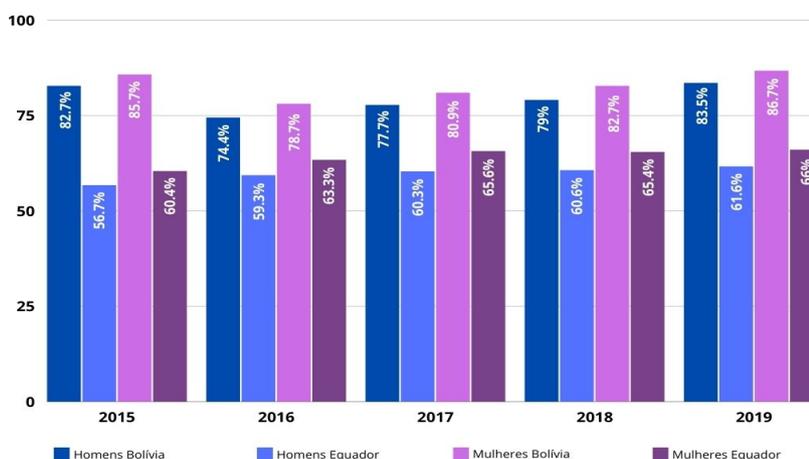
Esse cenário confirma a precariedade do trabalho para as mulheres, que são as primeiras a serem dispensadas em períodos de crises e que não conseguem voltar ao mercado, buscando ocupações precarizadas.

As taxas de desocupação evidenciam esse quadro com sua elevação entre 2019 e 2020. No Equador, por exemplo, as taxas chegam a atingir 6.4% (2020) de desocupação masculina, contra 3.2% do ano de 2019 e 9.5% feminina em 2020, contra 4.6% do ano anterior, ou seja, uma diferença 3.1%. O mesmo acontece com a Bolívia, mas com diferenciações menores e com uma brecha de 0.8% entre as taxas feminina e masculina, evidenciando a dificuldade generalizada na região de lidar com o desemprego nesse período, tanto para homens quanto para mulheres.

### 4.3 Informalidade no mercado de trabalho

Junto às quedas no emprego na região, temos no mesmo período, 2015 a 2020, as mudanças que atingem a qualidade dos vínculos de trabalho. O aumento do desemprego leva os trabalhadores e trabalhadoras a buscarem alternativas de renda, consideradas como trabalho informal, cujos índices são apresentados no Gráfico 03. A definição que se dá para a informalidade vem de um conjunto de trabalhadores que praticam atividades sem carteira assinada, se mantendo fora do padrão de leis e direitos definidos pelo país, que exercem atividades precarizadas, temporárias, autônomas, com baixa remuneração, entre outros pontos que compõem a informalidade do trabalho.

Gráfico 03: Participação no setor INFORMAL, dividido por sexo (em percentagem %) (CEPAL, 2019)



Apesar de terem quedas elevadas entre os anos de 2015 e 2016 na Bolívia, tanto no percentual feminino quanto masculino, a tendência dos anos seguintes foi de crescimento dos índices de informalidade no país, que já em 2019 retornava a uma taxa superior ao percentual de 2015, chegando a 83.5% masculina e 86.7% feminina. Considerando o período de 2019, quando o país enfrentava uma instabilidade política, a informalidade, junto ao crescimento da desocupação, evidencia a piora na qualidade de emprego no país.

Diferente da Bolívia, o quadro do Equador nesse período, tanto do percentual masculino quanto do feminino, é de crescimento significativo até o ano de 2019, com exceção o ano de 2018 na taxa de informalidade feminina, com uma queda de 0.2%, mas que em 2019 volta a crescer. Comparando os anos de 2015 e 2019 no Equador, os percentuais aumentam de 4.9% no grupo masculino e 5.6% feminino, enquanto na Bolívia esses índices sobem 0,7 e 1% respectivamente.

Ainda que não exista uma grande diferença em se tratando da brecha da informalidade por gênero no Equador, ela se agrava com o passar dos anos, e em 2019 chega a 4.4% de diferença, ou seja, uma elevação de 0.7% comparado ao ano de 2015. O mesmo acontece com a Bolívia, considerando uma diferença próxima a 3% entre os gêneros durante todo o período.

Entre os dois países, o que se pode comparar a partir do gráfico é qual deles oferece piores condições de trabalho baseado em maiores taxas de informalidade, podendo se pensar também em como a elevação ou queda da taxa de desemprego pode servir para explicar a situação do emprego informal.

A comparação da informalidade, não só entre os dados dos gêneros por país, mas também entre os países, permite concluir: a superioridade das taxas femininas, sendo o setor informal marcado por uma maior participação de mulheres; uma maior informalidade na Bolívia, tanto para o grupo feminino quanto masculino; e, por fim, maior taxa de informalidade do grupo masculino boliviano, em comparação à taxa apresentada pelo Equador,

Destaca-se também que, embora os índices de informalidade da Bolívia sejam muito superiores às do Equador, este último teve um crescimento muito mais significativo, mostrando a aceleração da deterioração das condições de trabalho do Equador para homens e mulheres.

No gráfico 3 apresentado, o crescimento da informalidade na região que se intensifica a partir de 2019, não contabiliza o período caracterizado pela crise pandêmica (2020), o qual traz um grande aumento na informalidade, relacionada ao desemprego massivo na região durante o período.

Apesar de não conter dados de 2020, o gráfico mostra entre os anos de 2018 e 2019 um aumento na informalidade nos dois países, que podem ser compreendidos a partir da instabilidade política e econômica que enfrentavam. Junto a isso, dados mais atualizados e gerais da região, apresentados pela OIT no ano de 2021, revelam que do início de 2020 até o primeiro trimestre de 2021, cerca de 70% dos postos de trabalho criados na América Latina foram gerados na informalidade.

Assim a informalidade - histórica na região - passa a atingir uma massa crescente da população latino-americana, que sofre o desemprego massivo e que vê em atividades informais uma maneira de continuarem ativos, além de uma garantia de renda, mesmo que baixo ou injusto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A precarização se expande na integração das novas formas de trabalho, que surgem a partir do aumento do desemprego na América Latina. Para homens e mulheres que vivem do trabalho, isso significa piores contratos e vínculos e a ampliação da flexibilização e baixa qualidade de emprego e da renda.

Ainda que as relações de trabalho e qualidade sempre se encontrem em posição de inferioridade para mulheres, o caso da precarização na atualidade é generalizado, principalmente considerando o contexto da crise pandêmica como fator que agrava a condição instável da região, que pode ser evidenciado na enorme queda de ocupação, entre 2019 e 2020, apresentadas nesse artigo, quanto no aumento do desemprego no mesmo período.

A partir de um contexto regional de desemprego massivo e aumento da informalidade na tentativa de fortalecer a estrutura do trabalho danificada pela crise, fica mais fácil compreender os pontos apresentados pelos países definidos pelo recorte que são característicos de um geral, ou seja, da região, e quais poderiam ser mais independentes de cada país.

Entre os dois países e considerando a ocupação por gênero e o desemprego como pontos de relação, fica definida que a Bolívia possui maior abertura ao grupo feminino do que o Equador. Em comparação entre os dois países, o Equador sempre se mostra inferior nos índices femininos, diferente do caso do gênero masculino, onde a Bolívia conquista uma posição inferior. Partindo disso, é possível identificar que o gênero masculino boliviano sofre com a precarização em conjunto com o gênero feminino. Ainda que a proporção não esteja em igualdade, nem de um país para o outro, nem entre os países, é possível identificar que Equador e Bolívia oferecem para o gênero feminino uma condição mais precarizada e que a Bolívia, mais que o Equador oferece ao gênero masculino uma condição mais precarizada de trabalho.

Quanto à informalidade, a Bolívia sempre se mostra superior aos índices apresentados pelo Equador, principalmente nos índices femininos. O que pode ser, incorretamente, lido como positivo já que, quando analisado o crescimento do emprego na região, as taxas acabam por crescer e gerar a impressão de maior ocupação feminina no mercado, enquanto grande parte desses empregos se sustenta na informalidade.

Embora a Bolívia tenha maiores índices de informalidade, o Equador apresenta um avanço generalizado de precarização do trabalho, com aumento das taxas de desemprego e de informalidade bastante superiores aos da Bolívia. No mesmo sentido, a persistência das altas taxas de trabalho precário na Bolívia mostra a dificuldade de superar a crise econômica que afeta os trabalhadores. Quando analisamos por termos políticos, podemos inferir que o governo equatoriano de direita piora as condições de trabalho, e o governo de esquerda boliviano não consegue reverter o quadro de deterioração do trabalho.

Considerando a região latino-americana como definidamente afetada pelo contexto que se constrói desde 2015 até a chegada da crise pandêmica, é possível concluir que a precarização do trabalho feminino é agravada durante os anos sem desprezar fatores como as modificações no mundo do trabalho, no social, político e econômico, mas além de considerar o gênero feminino como grande afetado por esse período no setor laboral deve-se incluir o gênero masculino, uma vez que o mesmo passa pela precarização das relações de trabalho e condições. Ainda que os índices apresentados sejam superiores de forma negativa ao gênero feminino, sustentando a relação de gênero que se

baseia na desigualdade, o gênero masculino também enfrenta a precarização, e assim é possível descartar a ideia de que a relação de gênero e trabalho é sustentada pela desigualdade de modo a beneficiar o gênero masculino, pois a crise afeta trabalhadores e trabalhadoras de forma intensa.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators Database**. World Bank, 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator?tab=all>. Acesso em: 2 de mai. 2022.

CARLOTO, C. M. **Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 4, n. 2, jan./jun. 2002. Não paginado. Disponível em: [www.ssrevista.uel.br/c\\_v4n2carlotto.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c_v4n2carlotto.htm)> Acesso em: 20 jun. 2022.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama Social da América Latina, 2019**. Resumo executivo (LC/PUB.2020/1-P), Santiago, Chile: 2020. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/1/S2000967\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/1/S2000967_pt.pdf). Acesso em: 15 de mai. 2022.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama Social da América Latina 2020**, (LC/PUB.2021/3-P), Santiago, Chile: 2021. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/1/S2000967\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46784/1/S2000967_pt.pdf) Acesso em: 30 de mai. 2022.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Panorama Social da América Latina, 2021**. Resumo executivo (LC/PUB.2021/18), Santiago, Chile: 2022. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47808/1/S2100656\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47808/1/S2100656_pt.pdf) Acesso em: 20 de abr. 2022.

ECUADOR. Registro Oficial Órgano del Gobierno del Ecuador: **LEY ORGÁNICA ano II - n° 483, 2015**.

ENEMDU. **Encuesta Nacional De Empleo, Desempleo y Subempleo. Indicadores Laborales**. Diciembre, 2018. Disponível em: <https://www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/webinec/EMPLEO/2018/Dicie>

mbre2018/122018\_Presentacion\_Mercado%20Laboral.pdf. Acesso em: 2 de jun. 2022.

OIT. **Políticas de igualdad de género y mercado de trabajo durante la pandemia.** International Labour Organization, 2022. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---rolima/documents/publication/wcms\\_838520.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---rolima/documents/publication/wcms_838520.pdf). Acesso em: 30 de jan. 2022

PNUD. Human Development Report. **Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resilência.** Communications Development Incorporated, Washington DC, EUA, 2014. Disponível em: <https://www.undp.org/>. Acesso em: 14 de abr. 2022,

SILVA, Fabricio P. da. **Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço.** Revista SURES, n. 5, fev. 2015. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/295>. Acesso em: 27 de fev. 2022.